

AUTONOMIA, LESBIANISMO E DEMOCRACIA: CONFERENCIA LGBTT

AUTONOMY, LESBIANISM AND DEMOCRACY: THE CONFERENCE LGBTT

Zora Yonara Torres COSTA¹

RESUMO: este artigo pretende compreender os signos da autonomia e da democracia, os quais envolvem o corpo político das lésbicas. O lesbianismo enquanto movimento abarca alguns princípios como o da autonomia (liberdade), e empoderamento enquanto projeto político democrático. A existência do lesbianismo traz o agir moral, pois é um combinado de autonomies individuais com ação pautada no coletivo em que o dever prevalece. Sendo assim, as conferências possuem um papel avaliador das condições e situações das políticas públicas, mecanismos de proteção social, com diretrizes e princípios universais que agregam a todas e todos cidadãos homossexuais.

PALAVRAS-CHAVE: lesbianismo; autonomia; democracia.

1 LESBIANISMO PROJETO POLÍTICO EMANCIPATÓRIO

Este artigo pretende compreender os signos da autonomia e democracia os quais envolvem o corpo político das lésbicas. Filosoficamente, o termo autonomia confunde-se com a concepção de liberdade,² consistindo na postura humana em tomar suas próprias decisões, com base em sua razão individual, a prática moral - ética.

A autonomia permeia os campos teóricos do lesbianismo, assim, *compreender* o conceito deste campo permite avanços na discussão sobre a questão posta. A palavra lesbianismo abarca um debate crítico na sociedade acadêmica e científica acerca do final *ismo*, o termo mais utilizado na atualidade é lesbienneidade, pois o sufixo *ismo* determinaria doença. Logicamente que a relação homoafetiva não é mais considerada uma patologia, sendo consenso na comunidade de psicólogos, filósofos

¹ Assistente Social e aluna especial do Mestrado em Filosofia da Universidade de Brasília – UnB, Programa de Pós-graduação em Filosofia, Brasília/DF, CEP 70910-900 - zorayona@ig.com.br

² Em filosofia liberdade designa, de uma maneira *negativa*, a ausência de submissão, de servidão e de determinação, isto é, ela qualifica a independência do ser humano. De maneira *positiva*, liberdade é a autonomia e a espontaneidade de um sujeito racional, isto é, ela qualifica e constitui a condição dos comportamentos humanos voluntários. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Liberdade>.

e médicos esta posição. Importa esclarecer, que o sufixo *ismo* é utilizado para indicar teorias, movimentos sociais, correntes de pensamento, desta forma a utilização do termo aqui apresentado será lesbianismo, designando movimento social, assim como feminismo.

1.1 - AUTONOMIA E LESBIANISMO

O lesbianismo enquanto movimento sócio-ideológico abarca alguns princípios como o da autonomia (liberdade), e empoderamento enquanto projeto político-democrático. Assim, a concepção de autonomia tratada aqui, será referenciada a partir de Kant, que refuta o deísmo,³ utilitarismo, naturalismo e voluntarismo, pois estes não admitem espaço para a dimensão moral e dessa assim, para a liberdade.

Deste modo, a percepção de autonomia em Kant (1959) possui em certo sentido aspectos dos signos da liberdade. Kant argüiu intensamente sobre o pensamento de sujeição de um ser racional às ordens e aos anseios de outro(a), promoveu a reflexão sobre a ação livre essencial inerente a cada ser humano.

Assim, agir livremente é estar em confronto com a sujeição, sobreposta à razão. O que faz propor aqui uma discussão a cerca do lesbianismo, que enquanto ente implica uma atitude livre, rompendo com o lugar de sujeição, este espaço de permissividade aos inúmeros constrangimentos exteriores, imposições societárias e normatizadoras.

A autonomia lesbiana recusa qualquer forma de dominação no seu exercício social e ideológico, pois ter autonomia é a primeira condição do corpo político das lésbicas enquanto seres pensantes, de forma a agir livremente.

A legitimidade do lesbianismo é própria. Em certo sentido o corpo político lesbiano é a expressão autônoma que age numa perspectiva dimensionada a partir da moral,⁴ procurando orientar-se por finalidades reconhecidas como universais.

³ O deísmo é uma postura filosófico-religiosa que admite a existência de um Deus criador, mas questiona a idéia de revelação divina. É uma doutrina que considera a razão como uma via capaz de nos assegurar da existência de Deus, desconsiderando, para tal fim, a prática de alguma religião denominacional.

⁴ A moral kantiana baseia-se num princípio formalista: o que interessa na moralidade de um ato é o respeito à própria lei moral, e não os interesses, fins ou conseqüências do próprio ato. Uma boa vontade, guiada pela razão age em função de um imperativo categórico (dever).

Sendo assim, existe a *libertat* na medida em que o reconhecimento político do lesbianismo perpassa pelo designio desta, possibilitando uma racionalidade. A razão só pode ser aceita com o cerne da liberdade.

Segundo Kant (1959) a autonomia acontece por meio da liberdade que é o respeito à vontade, que se dá a partir da construção do imperativo categórico, significando a obrigação incondicional, uma obrigação que temos independentemente da nossa vontade ou desejos. O imperativo categórico está em oposição ao imperativo hipotético.⁵

O imperativo categórico tem por base posicionamentos como o agir de forma que concorde com a máxima de modo que está se torne uma lei universal, e diante disso a sociedade deveria ser um combinado de autonomias individuais seguindo máximas universais. Cada indivíduo para Kant (1959), deve ser dotado de autonomia, levado a agir moralmente, de modo que sua ação seja universal.

Sendo assim, pode afirma-se que a existência do lesbianismo traz o agir moral, pois é um combinado de autonomias individuais com ação pautada no coletivo em que o dever prevalece.

Diante desta afirmação questiona-se, porque a diversidade sexual é um tabu? E especificamente neste texto a questão do lesbianismo causa tanta inquietação a alguns setores da sociedade?

Se a autonomia propicia a construção de um projeto ético-político, dinamizado por máximas que se transmutam em moral universal, neste contexto se encontram as lésbicas, que constroem um projeto emancipatório, ou seja, o projeto ético-político, o qual permite ultrapassar as relações binárias que tornam o corpo lesbiano invisível.

Este projeto de emancipação vem desde a década de 1980 harmonizando e estruturando-se politicamente, foram muitas as tentativas fundamentalistas de controle sobre o corpo das mulheres como todo. Importa destacar que este controle sempre esteve estruturado, de forma que a sexualidade historicamente aparece como um grande tabu e, sendo assim, o prazer não convinha para as mulheres, estas eram limitadas a apenas reproduzirem. Quando se trata do corpo lesbiano, esta opressão e controle se fazem ainda mais presentes por exercerem sua sexualidade de forma autônoma da reprodução.

O corpo político das lésbicas, atualmente, vem se tornando

⁵ Não é uma obrigação, mas sim uma condição para chegar a um determinado fim.

cada vez mais visível. Existe um novo cenário que em meio a discursos e práticas pautadas na equidade de gênero propicia um olhar democrático. Certamente a voz das lésbicas conclama aos governantes que a Constituição Federal Brasileira e o Código Penal sejam de fato marcos legais garantidores de direitos.

Obviamente que a discriminação ainda é um fator cultural preponderante na contemporaneidade, pois são inúmeros os discursos que desqualificam o lesbianismo, enquanto um movimento sócio-ideológico, falas compostas de mazelas odiosas e de iniciativas dolosas que ditam normas excludentes.

Sendo assim, questiona-se: a autonomia lésbica provoca pânico? Teríamos ainda sobre as mulheres uma visão de pureza, do ser responsável pela gestação das futuras gerações? Carregaríamos, no inconsciente, certas concepções que ainda limitam a expansão feminina e mais ainda das lésbicas?

É uma questão a se pensar, pois a ação independente e a reflexão crítica que vêm sendo realizadas pelo lesbianismo, a partir da perspectiva ética, repensam as estruturas e fortalecem o projeto de emancipação provocando desconcerto nas muitas e já fracassadas opiniões fundamentalistas.

A independência-autonomia, esta relação que coexiste de forma a fortalecer as questões inerentes ao lesbianismo são importantes para o debate. A autonomia é um projeto de emancipação para a ruptura com o caos social e odioso.

Emancipar-se é romper com a idéia da lesbofobia⁶ concebida por muitas pessoas, um ideário que aparece em meio a discursos que pairam no imaginário social, de que a relação entre duas pessoas do mesmo sexo é antinatural, criando assim uma desordem e desrespeito para com os direitos humanos.

A negação de muitos representantes do povo em aprovar a PL122, demonstra o ódio que ainda está presente no cotidiano. Esta observação realizada se dá a partir de noticiários em jornais e discursos de alguns representantes do povo, que tem uma prática dissociada do projeto emancipatório referente à defesa dos direitos humanos.

Logicamente que em todo projeto político há diversidade, contudo não reconhecer que a PL122 torna-se um instrumento de proteção para os homossexuais é fechar os olhos a questão da

⁶ Esta palavra nasceu para designer o ódio que as pessoas têm das lésbicas.

homofobia, presente na família, na escola, no trabalho, na igreja, dentre outros espaços.

Importa destacar que não se pode mais ser conivente com o desrespeito aos direitos humanos, com a negação destes, sendo necessário que o projeto de emancipação e autonomia se consolide em meio a um agir moral, em que a vontade geral de romper com todas as formas de discriminação, tais como o machismo, racismo e violência. Pensar o machismo, racismo, violência de gênero corresponde a identificar elementos incrustados que estão presentes no cotidiano de mulheres e homens, que por vezes estão inertes ao que está posto e não concebem transformações importantes para avançar no processo político.

1.2 - A CONFERÊNCIA LGTT- EMPODERAMENTO

Segundo Beatriz Suárez Briones (1997),

Os anos 60 foram a década da segunda onda feminista. Dentro do movimento feminista cada vez mais mulheres se sentiram livres para se intitular feministas lésbicas; [...] As feministas lésbicas declararam que lésbica era qualquer mulher que dedicava todas as suas energias a outras mulheres. O lesbianismo passou a ser considerado a quintessência do feminismo, porque o feminismo lésbico significava pôr as mulheres em primeiro lugar no afetivo, no social, no político e no sexual, [...] ação que altera até à raiz a concepção patriarcal; significava materializar um tipo de relação revolucionária [...].

As questões inerentes ao corpo lésbico aparecem publicamente promovendo uma reflexão até então abordadas como específicas do privado, o empoderamento aparece. O corpo lésbico agora interagindo com o corpo feminista resignifica e compreende o pluralismo como também um novo agir.

Assim, a letra L poderá designar coisas diversificadas como luta, liberdade, legalização, legislação, liberalidade, libertinagem, laico, linguagem, resignificada terá uma finalidade especial aqui, uma análise sobre lesbianismo contextualizado na I Conferência LGTT, que aconteceu em Brasília, no mês de junho de 2008.

Tendo o papel de avaliar as condições e situações de políticas públicas, a conferência é um mecanismo de proteção social, com diretrizes e princípios universais que agregam as todas e todos os

cidadãos homossexuais.

A conferência também permite verificar os avanços ocorridos. Para tanto é preciso estabelecer e implementar conselhos para fiscalizar a execução do que foi deliberado na I Conferência LGBTT, os conselhos permitem uma maior apreciação avaliação e fiscalização das deliberações apresentadas enquanto reivindicação dos presentes.

Participantes de todos os cantos deste Brasil estiveram presentes dialogando e fazendo emergir a pluralidade contextualizada por diferenças regionais e ideológicas. Um grande esforço conjunto e autônomo, para que as vozes presentes se destacassem materializadas em políticas públicas, aqui especialmente as vozes femininas, uma população historicamente desqualificada por alguns.

O corpo político das lésbicas era visível, autônomo e articulado na conferência, um esforço para emancipar-se diante da resistência de alguns militantes que insistiam em reafirmar que o G (Gay) deveria estar a frente da sigla GLBTT.⁷ Esta percepção limitada provocara muitos questionamentos, reconhecer que o corpo lesbiano é em certo sentido violado mesmo dentro do movimento homossexual, e que lésbicas vivenciaram e vivenciam formas de opressão é verificar que é preciso avançar em prol de equidade dentro do movimento homossexual. Diante de tais fatos a visibilidade lésbica aparece na medida em que o agir do corpo político das lésbicas, se articula e se empodera sob os olhares de outros/as atores sociais.

Assim na medida em que há uma ruptura com a estagnação do corpo político das lésbicas avança-se no sentido de ocupar-se do desenvolvimento de direitos. Examinando a forma como é encarada a mudança da sigla (GLBTT para LGBTT) e como esta modificação afeta de modo muito específico e particular as lésbicas, reconhecendo a problemática da subalternidade e opressão histórica a que sempre estiveram sujeitas, cabendo aqui refletir se tal mudança amplia o olhar sobre a equidade.

O lesbianismo enquanto movimento social possibilitou que o projeto político de empoderamento, fortalecesse tal processo e deste modo promovesse a luta com êxito contra a desigualdade de gênero,

⁷ Esta sigla significa Gay, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

compreendendo o impacto do progresso das lésbicas na ocasião da conferência LGBTT.

Esta análise permitiu verificar que as normas sociais e convenções devem ser revisitadas e transformadas para que a desigualdade de gênero seja abolida.

O projeto político e empoderamento não é uma utopia. Um projeto que têm dois eixos importantes:

1. Compreender a questão do poder nas relações de gênero;
2. Entender a estrutura de empoderamento no corpo político das lésbicas.

Para tanto é necessário compreender que o poder se materializa em meio a constelação estruturada com linguagens que são cotidianamente praticadas e aceitas, e historicamente enraizadas por uma doxa de que as coisas são como são.

O corpo político das lésbicas também está no contexto binário das relações de gênero, pois as lésbicas são mulheres e em certo sentido estiveram ou/e estão subjugadas a dominação do/a outro/a. Aparece dentro das relações a figura de quem possui o poder, uma imponência que sobressai, e assim se instala a subalternidade nos demais que podem ou não pensar e utilizar-se da idéia de que as coisas são como são.

As relações de poder se sustentam, pois tanto senhores como os subalternos naturalizam e acolhem de forma passiva a realidade em que negam a existência das desigualdades, uma constelação em que existe mecanismos de socialização, da força da ideologia, das crenças de que as coisas são como são. Conformismo? Infelizmente é a cultura impregnada no imaginário social, em que as mulheres aparecem como inferiores.

A segunda questão posta é o empoderamento dos corpos políticos das lésbicas. Historicamente o conceito de empoderamento surge no ano de 1970, com os movimentos negros nos Estados Unidos, movimento de direitos civis, para a garantia de direitos e cidadania.

Empoderamento é um instrumento em que o corpo político das lésbicas – autônomo ou institucionalizado – apodera-se das suas questões passando a controlar os elementos inerentes a sua existência. Essencialmente é o controle dos seus próprios assuntos, da tomada de consciência da sua habilidade e competência para produzir e agir.

O projeto de empoderamento assume o reconhecimento das diferenças nas relações de gênero e os signos, podendo afirmar que este projeto político se realiza mesmo em meio a contradições e contingências.

O corpo político das lésbicas assim torna-se empoderado por meio do agir em que essencialmente há a tomada de decisões plurais e autônomas provocando mudanças no conjunto das questões.

Para Stromquist (1997), os parâmetros do empoderamento são: a construção de uma auto-imagem e confiança positiva; desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente; a construção da coesão de grupo; a promoção da tomada de decisões; e a ação.

Logicamente que o projeto político de empoderamento do corpo lesbiliano representa um desafio às relações normativas e patriarcais, em espaços públicos e privados. Significa uma mudança na dominação tradicional, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, bem como o abuso físico e a violação sem castigo, e sem abandono.

Marcante a forma como este projeto poderá fazer com que o lesbianismo se fortaleça, permitindo uma mudança democrática. Sendo assim destaca-se que a participação popular efetivada na Constituição Federal de 1988, o controle social enquanto instrumento de efetiva participação no processo de gestão política e técnico-operativa, de caráter democrático e descentralizado na garantia dos direitos fundamentais, é primordial para romper com o processo de desqualificação do lesbianismo.

Assim, a participação na conferência permitiu interferir politicamente e decidir o rumo das questões inerentes aos homossexuais, como exemplo, direito de ser pensionista na morte do parceiro/a, o reconhecimento das uniões e tantas outras questões.

1.3 DEMOCRACIA – PARTICIPAÇÃO

O projeto político emancipatório e de empoderamento presente nas conferências é um instrumento importante. É preciso também refletir acerca dos desafios a serem superados, em meio à democracia que é um regime de governo onde o poder de decidir sobre questões políticas está com os cidadãos, o povo, as lésbicas.

A palavra democracia vem do grego e significa *poder do povo*, ou seja, governo feito pelo povo. Isso quer dizer que, quando num país existe democracia, o povo é soberano para decidir seu próprio destino.

Aqui a referência serão as cidadãs, o grupo de lésbicas unido por fatores comuns, como o gênero e a orientação sexual, bem como afinidades históricas e culturais. Esta comunidade humana vem promovendo para o corpo político uma estrutura social e política, equitativa livre de opressões.

Assim, de forma direta, a conferência, por meio de representantes eleitos democraticamente, permitiu uma articulação com os poderes públicos no sentido de consolidar direitos. Exigir que o povo tenha sua voz garantida diante das barbáries que são cometidas, por exemplo, como o caso que ocorreu em São Paulo, quando duas lésbicas estudantes da Universidade de São Paulo foram presas pelo simples fato de demonstrarem carinho em público, um simples beijo na boca as levou a prisão.

Com certeza a democracia opõe-se à ditadura e ao totalitarismo, mas parece que no Brasil para os homossexuais ainda há ditadura e totalitarismo, na medida em que os governantes em sua extensa maioria nega a existência da homofobia. Deixando que a decisão de discriminar ou não parta da moral relativista de cada indivíduo.

Assim para Arendt (1993), em um mundo humano normatizador o terror consegue se instaurar, o isolamento político é a condição necessária para consagrar o regime totalitário e desta maneira, o corpo lesbiano apesar desta marca de exclusão sempre esteve interada ao corpo feminista em suas reflexões em meio a ações sociais e políticas, permitindo uma ruptura com a dominação binária determinista que submete os corpos a um lugar.

Esta desqualificação, este lugar posto para o corpo lesbiano remete a centralização do poder patriarcal, a um totalitarismo, para Arendt (1981) o totalitarismo acontece quando não há laços políticos e sociais e o impedimento da livre manifestação do pensamento.

O isolamento pode gerar tirania, esta se caracteriza por meio de um obstáculo, o qual cria um alicerce da força dos espaços públicos existentes, conseguindo estagnar qualquer possibilidade de ação política, de diálogo e de fala sobre questões que lhes sejam comuns, o que permite o aparecimento do totalitarismo.

Para Arendt (1994), o poder não se resume apenas na capacidade de ação de um único indivíduo, ou na capacidade de impor uma vontade a outros, vai além, o poder surge através do acordo relacional entre os indivíduos que resolvem agir da mesma maneira.

Deste modo, poderá surgir uma interação entre o corpo feminista e lesbiano?

De acordo com Arendt (2007) não somos seres políticos por natureza, pode acontecer entre nós ou não.

A interação entre os corpos descritos tem como característica a pluralidade humana, e esta é possível graças à singularidade constituinte de cada um, denotando a vontade geral, ou seja, a promoção de direitos equitativos entre gêneros, possibilitando uma ruptura com a tirania machista.

Assim, a interação aparece como fio condutor de uma dialogicidade política, que existe quando os corpos feminista e lesbiano agem e comunicam-se coletivamente, o que requer um espaço para a interação que acontece através da ação e da palavra.

O não se sujeitar ao outro ente hierarquicamente, por força ou poder, constitui-se uma revolução, ampliando assim o espaço político, permitindo o rompimento com o isolamento e fazendo acontecer a pluralidade.

A partir do agir e da condição de reger a própria condição dar-se-á significação ao desenvolver das atividades em consonância com os outros, atribuindo-se deste modo ao corpo lesbiano o sentido político. A ação e a política só podem ser compreendidas na vontade geral. A ação política precisa da diferença, sendo a coexistência com a diversidade que torna abastado o debate público, o que dá sentido à interação entre o corpo lesbiano e feminista.

O diálogo permeia e permite a interação dos corpos possibilitando uma pluralidade dissociada de interesses meramente privados, permitindo assim o discurso no espaço público entre os corpos feminista e lesbiano, surgindo novas perspectivas políticas, assim para a filosofia a constatação desta pluralidade em certo sentido poderia representar o início de um debate dinamizado pela convivência, possibilitando a interação, e em meio a uma “[...] a vontade geral [...] mediada por um interesse universal, e não particular” (MILOVIC, 2002, p. 45).

2 CONSIDERAÇÕES

Para Hannah Arendt (1994), *compreender* significava enfrentar, sem preconceitos e com atenção a realidade, qualquer que seja, e resistir a ela, em vez de negar a atrocidade ou atribuí-la a precedentes históricos.

Para tanto realizar-se-a uma análise crítica sobre algumas questões históricas, a negação de direitos e a necessidade de construir uma política de proteção social das lésbicas.

1- Sobre a ontologia do lesbianismo, que vêm se alterando conforme o processo histórico, sempre esteve presente, pois ao considerar os aspectos que envolvem o corpo político das lésbicas e a realidade constata-se que existiram pelo menos quatro momentos históricos:

- a) A era clássica, onde Safo produziu uma obra vasta sobre o amor entre mulheres, no século VI a.C., na ilha de Lesbos, que origina a palavra lésbica;
- b) A Idade Média, onde a inquisição foi o principal instrumento de repressão da Igreja Católica contra as pessoas que se opunham à norma vigente;
- c) A modernidade marcada pelo surgimento de estudos de natureza psiquiátrica e de medicina legal, quando a ciência dedicava-se a estabelecer padrões de normalidade e a descrever, para tentar curar, tudo o que não se adequava a esses padrões, categorizando a homossexualidade como doença;
- d) A contemporaneidade que tem como principal pauta social a luta por cidadania, e a formação democrática e garantia de direitos realizados de maneira plural por feministas, acadêmicos e sociedade civil organizada.

As transformações são visivelmente percebidas, em cada período histórico acerca do lesbianismo, as mudanças são claramente diversas. Certamente a contemporaneidade permite de forma democrática uma visão mais ampla sobre a questão, em que as vozes dos oprimidos são ouvidas, e em certo sentido existe uma tentativa em salvaguardar os direitos humanos daqueles desejosos/as por respeito, tornando desta forma uma sociedade justa de fato e de direito.

A segunda crítica permeia a mudança cultural paradigmática

que mergulha o corpo político das lésbicas em um umbral, na medida em que seus direitos são negados, é preciso um amplo processo político que envolva a sociedade e o Estado, produzindo um efeito para romper com a homofobia que é permeada de desconhecimento, crenças e preconceito.

O desafio para tanto é constituir a partir das políticas públicas existentes mecanismos que garantam que os direitos humanos dos homossexuais sejam respeitados em sua totalidade.

Enfocar a ondulação significativa que compõe a política pública no Brasil é um desafio, pois exige um recorte caracterizado pela diversidade social. A aflição gerada sobre a confusão e caos que envolve os aspectos sociais voltada para as populações excluída é muito pouco debatida no Brasil. Portanto, possibilitar a inserção do debate e diálogo sobre o entendimento e importância dos direitos humanos para os homossexuais deve ser um esforço coletivo.

Ao pensar em direitos humanos, é obvio que não se pode fugir da discussão sobre a questão de gênero, vêm sendo um esforço coletivo. Butler (2003, p. 162) escreveu em sua obra *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*, que:

A marca do gênero parece 'qualificar' os corpos como corpos humanos; o bebê se humaniza no momento em que a pergunta "menino ou menina?" é respondida. As imagens corporais que não se encaixam em nenhum desses gêneros ficam fora do humano, constituem a rigor o domínio do desumanizado e do abjeto, em contraposição ao qual o próprio humano se estabelece.

Existe um universo amplo contextualizado e diverso, que a partir de crenças as quais se apresentam como um conjunto cultural, identificando gênero como algo apreendido, sendo uma espécie de ato cultural-corporal que exige uma nova linguagem fazendo com que haja uma diversidade categórica que se expande.

O corpo político das lésbicas faz parte deste conjunto social que diferencia homens e mulheres, a partir de fatos cotidianos, considerando os fracos e os fortes, uma prática que vem sendo repetida entre os sexos, criando o que pode se denominar de divisão naturalizada. Butler (2003, p. 168) afirma que: "A 'nomeação' do sexo é um ato de dominação e coerção, um ato *performativo* institucionalizado que cria e legisla a realidade social".

Deste modo, reagir de forma crítica às determinações normatizadoras e culturais impostas é permitir que o projeto democrático reconheça o processo histórico de exclusão a que o lesbianismo foi submetido, que rompa com a negação de direitos, e permita a elaboração e implementação de políticas públicas que protejam a relações homoafetivas.

Esta discussão reflexiva tenta colocar em pauta a organização de signos sobre o lesbianismo. Assim, estabelecer uma definição do que seja lesbianismo é verificar o processo histórico e as raízes sociais sobre a terminologia, que demonstra o quanto esta palavra esta carregada de determinismos e discriminação.

O lesbianismo enquanto movimento social saiu do isolamento na década de 80, surgindo uma organização em torno da especificidade, compreendendo a forte desigualdade a que sempre estiveram submetidas.

Na contemporaneidade verifica-se uma mudança de paradigmas de forma lenta, mas precisamente transformadora a cerca do processo desmistificador sobre a temática, que substanciado de contradições, avanços, medos, alegrias e intolerância aparece como um movimento de libertação denunciando a existência de formas de opressão. Desta maneira, o lesbianismo, enquanto um movimento social, deixa sua marca de ruptura com o machismo e opressão impregnado na família e no Estado.

É certo que em meio à coletividade, muitas vozes reunidas, cada uma com uma realidade própria, mas todas as vozes em busca da garantia de direitos. Importa destacar que este movimento social não esteve desvinculado ou isolado, mas sempre em meio a outros que lutavam por garantia de direitos também, a exemplo o movimento feminista e o movimento gay.

Existe uma articulação entre estes movimentos e o lesbianismo, inaugurando de forma coletiva a derrocada ao sistema machista impetrado sob a égide do naturalismo.

Neste sentido, a derrocada permite uma nova roupagem da sexualidade, aparece o sentido político. O lesbianismo não está distante das relações de poder constituídas, ao contrário se constrói em meio às relações e modelos tradicionais que apregoam a submissão de gênero e o controle sobre os corpos. Sendo assim, o debate causado pelo movimento de lésbicas quando mostra que o sexo é uma questão política, aponta elementos articulados a exemplo, as questões privadas e as questões

públicas.

O lesbianismo, em sua prática ideológica e política, sempre fomentou o debate sobre a superação de relações autoritárias e homofóbicas, que são permeadas pela forte presença de elementos de discriminação e intolerância a diversidade.

Destaca-se que a organização lésbica no Brasil aparece com uma amplitude de atuação se confrontando diretamente com formas centralizadoras, recusando as formas deterministas e normatizadoras impostas socialmente.

Sendo assim, esta diversidade aparece na mobilização constante realizada por organizações lésbicas, como: seminários, debates, oficinas, ensaios, manifestações de rua, e tantas outras ações, para garantir a visibilidade e existência no que tange os direitos humanos e sociais. O lesbianismo aparece em vários prismas, realidades intra-familiares e extra-familiares, que compõe a ciranda cantada de forma a valorizar o que está sob a ótica daqueles que renegam a possibilidade do amor entre iguais.

Obviamente que não há respostas pré-fabricadas de como se pode vencer o sistema machista que disciplina os corpos e as relações, mas é importante revelar aqui a transformação que o lesbianismo se propõe, o direito de decidir sobre o seu corpo. Logicamente que não existe conclusões prontas, e este processo é reflexivo e contínuo acumulado pelo corpo coletivo.

Diante de tal paradigma, é perceptível a luta do movimento por direitos, mesmo em meio à consolidação do sistema machista que trás profundas conseqüências no que se refere à negação dos direitos. Mesmo assim, destaca-se que politicamente há uma resistência e enfrentamento deste sistema, que está imbricado e agregado a idéias que são reproduzidas elementos como a divisão de papéis de gênero.

Ademais, a diversidade sexual possibilita uma vivência significativa e autônoma, pois permite que haja uma compreensão ampla da concepção dos direitos humanos, de forma que possibilite a materialização da equidade, em que pontos de vista diferentes estejam presentes sobre assuntos comuns de maneira democrática. E assim, formando pontos comuns em meio à respeitabilidade coletiva, mesmo que não haja uma concordância.

Portanto, experienciar a diversidade é partir do princípio de que o conflito faz parte da condição humana, em meio à consolidação

democrática para a garantia de direitos, estimulado pelo respeito ao outro.

COSTA, Z.Y.T. *Autonomy, lesbianism and democracy: the Conference LGBTT*. *Revista ORG & DEMO* (Marília), v. 9, n.1/2, p. 95-110, jan./dez., 2008.

ABSTRACT: this article intends to understand the signs of the autonomy and the democracy that involve the body politician of the lesbians. The lesbianism while movement accumulates of stocks some principles as of the autonomy (freedom), and power while project democratic politician. The existence of the lesbianism brings moral acting, therefore it is a agreement of individual autonomies with action appointment in the collective one where the duty prevails. Being you discuss thus them has a paper to evaluate the conditions and situations of politics you publish, is a mechanism of social protection, with universal lines of direction and principles that add to all and all citizens homosexuals.

KEYWORDS: lesbianism; autonomy and democracy.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. *A Dignidade da Política*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1993.

_____. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1994.

BRIONES, Beatriz Suarez. *De cómo la teoría lesbiana modificó a la teoría feminista (y viceversa)*. ConCiencia de un singular deseo. Universidade de Vigo. Barcelona, jan. 1997. Disponível em: http://branconolilas.no.sapo.pt/suarez_briones.htm. Acesso em: 03 jun. 2008.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

KANT, Emmanuel. *Crítica da razão prática*. São Paulo: Editora S.A., 1959.

MILOVIC, Miroslav. *Filosofia da Comunicação - para uma crítica da modernidade*. Brasília: Plano, 2002.

STROMQUIST, Nelly. La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación. In: LEON, M. *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Bogotá: MT, 1997.

COSTA, Z.YT.